

Leonídio Ribeiro: o uso da antropometria e do discurso médico para apagamento de corpos dissidentes de gênero e sexualidade

Felipe Grassine de Oliveira¹

A intenção desta escrita é evidenciar como o Brasil passou e ainda passa por processos higienistas com relação a corpos dissidentes de gênero e sexualidade (LGBTIAPN+), e como a antropometria física e a medicina legal, foram essenciais para potencializar discursos médicos e a vigilância de Estado como forma de controle sobre esses corpos, a partir da abjeção. Tendo como base dois livros: O problema médico-legal do homossexualismo (1936) e Homossexualismo e Endocrinologia (1935), o médico legista brasileiro Leonídio Ribeiro Filho, influenciado pelos estudos dos cientistas e médicos espanhóis Gregório Maraño e Cesare Lombroso, foi responsável por estudos que identificavam criminosos da cidade do Rio de Janeiro, justificando seu mau caráter a partir de características homossexuais, trazendo ferramentas e pesquisas, difundindo em livros médicos e códigos penais como em Medicina Legal e Criminologia (1949) e o Novo Código Penal e a Medicina Legal (1942). A partir disso, esta pesquisa, além de apresentar esses estudos, faz um paralelo com o campo de Design, pensando como ainda hoje utilizamos ferramentas ergonômicas e antropométricas para reforçar estereótipos, principalmente dentro de uma lógica binária.

Palavras-chave: Criminologia; Estudos antropométricos; Dissidências sexuais e de gênero; Design e Gênero.

1. Introdução

A discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; nos discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Design (PPDESDI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

um perigo social, e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes, sendo vistas como anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família. (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.300)

No século XVIII, no ocidente, predominava um sistema de “sexo único”, onde o homem era visto como o ser humano 'original', que possuía uma inversão – a mulher – cujos órgãos sexuais eram internos, devido à falta de calor (Laqueur, 2001). Acreditava-se, inclusive, que seria possível um corpo feminino transformar-se em masculino quando recebesse calor. O inverso, porém, não era possível, uma vez que também era afirmado que a natureza ia sempre em direção à perfeição (Portinari; Rodrigues, 2016). E, quando mulheres apresentavam posturas ditas masculinas, ou se passavam como homens, eram entendidas como fraudes, o que nos leva a pensar que o problema maior talvez fosse a impostura e a consequente apropriação de direitos e privilégios do “homem”, mais do que o próprio desvio sexual, este sim associado à transgressão de valores masculinos (Friedli, 1999).

A cultura renascentista marca uma nova concepção do homem e do universo inspirada nas obras humanistas dos gregos e romanos, opondo-se à mentalidade medieval. O teocentrismo foi substituído pelo antropocentrismo, isto é, o centro das preocupações humanas deixa de ser Deus e passa a ser o próprio "homem". (Gomes; Santos, 2009, p.3)

O termo “homem” era e é um termo comumente utilizado para denominar genericamente o indivíduo da espécie humana, independentemente de sexo. O termo vem caindo em desuso, em resposta às críticas dos movimentos feministas que apontam a relevância política da linguagem. A utilização da palavra “homem” como equivalente do ser humano possui diversas origens, como na Grécia Antiga, onde os homens de fato eram tratados como o sexo padrão, e as mulheres vistas como um "desvio" de uma suposta grandiosidade masculina, tanto que os estudos do homem a partir da relação do corpo levaram à constituição de um campo de conhecimento que se voltou à análise de estigmas corporais. Buscava-se, particularmente, estudar a cabeça e o rosto, procurando sempre articular a parte externa do corpo às particularidades da espiritualidade. O termo ainda remonta quando da denominada Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto do

iluminismo e da Revolução Francesa, ambos durante o século XVII. Ou até mesmo na religião cristã, onde na Bíblia, no versículo Gênesis 5:2, é afirmado que: “Homem e mulher os criou; e os abençoou, e os chamou pelo nome de homem, no dia em que foram criados.”

Pensando na construção da categoria homem, e nos mecanismos de uma soberania masculina, qualquer indício de desvio do que era entendido como homem, abriria brechas para investigar o porquê de certas pessoas negarem a masculinidade, e até mesmo o papel de ser homem. Com isso, voltando no tempo, para a antiguidade, a figura do hermafrodita, a partir do modelo descrito por Laqueur (2001), foi fortemente relacionada ao imaginário místico e religioso presente nos discursos filosóficos da época. Esta crença persistiu e atravessou imagens e simbolismos associados ao hermafrodita e ao andrógino ao longo da Idade Média e do Renascimento (Leite Jr., 2011). Entretanto, a partir dos ideais iluministas, busca romper com uma episteme arcaica e mística, e entra em questão o dimorfismo sexual², sob o apoio da ciência moderna. Esta, por sua vez, se consolidará como a principal instituição responsável pela classificação, a normatização, a mensuração e o controle da diversidade de experiências de gênero e sexualidade.

Com o advento da modernidade e toda a mudança política, econômica, social e epistemológica que esta trouxe, a existência mágica e sobrenatural foi - quase completa e definitivamente - afastada da cultura “oficial” que, desde o século XVII, estruturou-se então como racionalista e científica. Desta maneira, a figura do hermafrodita perdeu o seu lugar como representação de uma ordem superior, ao mesmo tempo perigosa e saudosista. Surge então o pseudo hermafrodita, longe dos Deuses, filho da modernidade, da Medicina e da “ciência sexual”. Não mais um “prodígio” da natureza, mas um desvio desta. Passa-se agora a buscar o “verdadeiro sexo” que irá definir quem é “homem” e quem é “mulher”, sem os perigosos riscos de interpretações equivocadas. Nesse processo, a ambiguidade sexual não perdeu o lugar, mas foi principalmente interiorizada. No nascente universo das ciências da psique, uma fauna humana desabrochava na visão de cientistas. Nascia o hermafrodita psíquico. (Leite, 2011, p.26)

Tendo como pano de fundo a emergência do evolucionismo darwiniano a partir dos anos 1860, cabia aos antropólogos físicos, sobretudo, o estudo e a classificação dos “homens” por meio de detalhadas caracterizações morfoanatômicas das várias partes do

² No final do século XVIII, a ideia de anatomias opostas e complementares caracterizou a interpretação das diferenças entre homens e mulheres. (Schiebinger, 2004)

corpo (Leite, 2008). Essa tarefa era exercitada não somente para estabelecer classificações taxonômicas, mas também para compreender como os corpos haviam se constituído (Souza; Ventura, 2012). As análises realizadas pelos antropólogos físicos foram aplicadas na definição de biopolítica que, ao examinar os corpos, visava reunir conhecimentos a serem empregados na compreensão, no monitoramento e na governança das coletividades humanas.

No século XX, mais especificamente a década de 1930, que foi marcada pelo início da supremacia de Hitler na Alemanha, onde, a partir de 1933, o regime nazista perseguiu e desmantelou as comunidades de homossexuais do país. Eles prenderam um grande número de homens gays sob a alegação de violação do Parágrafo 175, do estatuto do Código Penal alemão, que estava em vigor desde 1871, onde proibia relações sexuais entre homens. Durante a era nazista, diversos homens foram presos em campos de concentração como criminosos “homossexuais”. Segundo o sistema de classificação dos campos, aquele grupo de prisioneiros normalmente era obrigado a usar um triângulo rosa costurado nos uniformes que usavam nos campos.

Em paralelo, no Brasil, o médico legista brasileiro Leonídio Ribeiro Filho, influenciado pelos estudos dos cientistas e médicos espanhóis, Gregório Maraño³ e Cesare Lombroso⁴, escreve o livro *Homossexualismo*⁵ e *endocrinologia* (1938). Nele, uma série de imagens identifica sujeitos como criminosos da cidade do Rio de Janeiro (Bezerra e Ribeiro, 2020), expandindo e difundido sua pesquisa para livros médicos e códigos

³ Gregório Maraño - (1887-1960) -Médico espanhol, especialista em Endocrinologia, tornou-se um dos nomes mais conhecidos no cenário médico espanhol do século XX. Defendeu em 1911 sua tese de doutorado *La sangre en los estados tiroideos*. Além de produzir vasta obra de conteúdo biomédico, Maraño notabilizou-se por publicar artigos sobre questões sociais e políticas candentes de seu período histórico, envolvendo temas como a eugenia, as inversões sexuais e temas republicanos, já que boa parte de sua obra foi escrita durante a Ditadura de Primo de Rivera.

⁴ A obra de Lombroso recebeu diversas edições e foi traduzida em diversos países europeus, aportando em territórios non-western rapidamente. No caso da América Latina, a adesão às suas ideias foi realizada por criminologistas, estudiosos de medicina legal, juristas interessados na temática que dotaria a explicação do ato criminal a partir de noções oriundas da biologia, bem como por curiosos em entender as correlações entre sinais do corpo e a personalidade humana. Durante as cinco edições em italiano que a obra obteve, Lombroso teria adicionado informações oriundas de suas investigações em antropometria, com o fim de comprovar suas assertivas. No findar do século XIX, também publicou *Le Crime: causes et remèdes* (1899), onde teria lançado mão de explicações sócio-econômicas para explicar as causas determinantes do crime. ALVAREZ, O homem delinqüente e o social naturalizado, op.cit., p.80.

⁵ A grafia da época escrevia homossexualismo, com apenas um “s”, tendo como fonte a capa do livro.

penais, como em Medicina Legal e Criminologia (1949) e o Novo Código Penal e a Medicina Legal (1942).

No fim do século XIX, surge a criminologia, que se tornará famosa graças ao médico italiano Cesare Lombroso. Para este doutor, que criou a tese do criminoso nato, tais pessoas, assim como qualquer tipo de delinquente em geral, poderiam ser identificadas por seu padrão corporal. Quanto mais próximo alguém estivesse do ideal de equilíbrio e harmonia entre as partes do corpo, exemplificado nas figuras greco-romanas e renascentistas, mais próximo estaria de ser uma pessoa saudável, honrada, trabalhadora digna e de elevada moral. Quanto mais distante, mais associada ao crime, à degeneração e à ignorância. (Leite Jr., 2011, p. 64)

No Brasil, foi no período da Era Vargas⁶ (1930-1945), que se intensificaram esses estudos, ganhando força em São Paulo, com Aldo Sinisgalli junto ao Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação de São Paulo, a partir dos estudos de Leonídio (Trevisan, 2000). O corpo e suas categorias são espaços de disputa desde sempre, e a antropometria física, aliada aos recursos médicos, se tornou uma ferramenta potente de controle populacional e de regulação dos corpos.

Logo, a partir deste panorama inicial, este artigo irá abordar especificamente sobre o médico Leonídio Ribeiro Filho e sua produção Homossexualismo e Endocrinologia (1935), onde de fato, o autor irá demonstrar métodos e justificativas que vão atrelar o estudo do corpo de pessoas homossexuais com a criminalidade. Assim, esta escrita evidencia como as ferramentas de medição e observação do corpo serviram para que discursos médicos utilizassem de políticas higienistas para a construção de discursos de um corpo anormal, criminoso, que por décadas deu suporte / justificativa para tantas violências contra a população LGBTIAPN+. Por fim, este artigo propõe uma relação com o campo da Ergonomia, inserido no campo de design, onde a partir da antropometria ainda utiliza de estudos do corpo para justificar e priorizar projetos.

2. Leonídio Ribeiro Filho: corpo, medicina e o olhar higienista | 1930 - 1945

No Brasil, a eugenia foi frequentemente considerada um símbolo de modernidade

⁶ Era Vargas é o período da história do Brasil entre 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos e de forma contínua. Compreende o Governo Provisório, o Governo Constitucional e o Estado Novo.

cultural, sendo assimilada como um conhecimento científico que refletia os avanços da ciência contemporânea. Discutir a eugenia implicava a necessidade de considerar conceitos de evolução, progresso e civilização, os quais constituíam o imaginário nacionalista de uma parcela significativa das elites brancas brasileiras.

Como observa Souza (2006, p. 19), “em muitos casos, a eugenia era interpretada como uma 'nova religião da humanidade' e, em outros, como a 'ciência do futuro', responsável pela regeneração física e mental da população nacional.” Assim, a história da eugenia no Brasil deve ser compreendida como parte de um "endossamento à ciência", conforme argumenta Nancy Stepan (2005), que se tornou uma "palavra de ordem para a elite moderna e secular." Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros adotaram a ciência — especialmente a medicina e a própria eugenia — como uma forma de conhecimento progressista que oferecia uma alternativa ao 'atraso' do país.

No início do século XX, não era novidade que doenças como tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, doenças mentais e comportamentos sociais variados eram justificados por conceitos oriundos da hereditariedade. De fato, segundo Stepan (2005), na década de 1920, tais conceitos já permeavam os principais debates em saúde pública. Sua atratividade foi significativa para muitos cientistas, que viam os valores e comportamentos humanos como algo transmitido através das gerações. Dessa forma, a elaboração de políticas públicas voltadas para a reprodução dos "mais aptos" enquanto se evitava a presença dos considerados degenerados, era vista como um caminho promissor.

Nesse contexto, Rodrigo Ramos Lima (2016), em sua dissertação, *A opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro*, ao tratar da eugenia, comenta que se estabeleceu uma atmosfera em que as concepções de raça e classe se entrelaçaram por meio do léxico da hereditariedade, com isso a questão racial tornou-se central para muitos eugenistas. Stepan (2005) observa que o "aprimoramento racial", para certos cientistas, era sinônimo de melhoria do conteúdo genético da "raça humana". Essa meta despertava um interesse particular por determinadas populações segmentadas em "raças" distintas e desiguais.

Ao abordar as "raças", muitos cientistas e governos fundamentaram a ideia de que existiam populações inferiores cujos biotipos poderiam ser delineados a partir de dados biológicos. A plasticidade das ideias sobre hereditariedade fez da eugenia "um novo conjunto de conceitos e princípios políticos com os quais podiam ser expressas e constituídas diferenças dentro do corpo social." (Lima, 2016, p.17)

As marcas de sexo e gênero também foram analisadas com intensidade nesse processo. A objetificação dos corpos possibilitou um foco significativo na reprodução humana entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, visando à criação de estratégias para o controle da reprodução e da fecundidade. Assim, os estudos sobre sexualidade e gênero foram elaborados de maneira particular pela história da eugenia, construindo identidades de gênero e categorias sexuais sob o regime patriarcal, o que forneceu aos estudos de gênero um arsenal teórico vital para abordar a questão da eugenia.

Focando no período Era Vargas e o uso da antropometria enquanto ferramenta para abjeção de corpos dissidentes, é necessário começar apresentando o médico legista Leonídio Ribeiro Filho (1893-1976), professor de medicina legal na Faculdade Fluminense de Medicina, considerado um dos maiores nomes da história da endocrinologia brasileira do século XX, cujos escritos na esfera das discursividades científicas produziram verdadeiros absurdos sobre pessoas negras, indígenas e homossexuais criminalizados. Cabe salientar que dentro da categoria de homossexuais, eram englobadas todas as pessoas desviantes, a saber, a partir das terminologias hoje utilizadas: gays, lésbicas, travestis, transmasculinos e pessoas trans.

Os discursos médico, jurídico e científico consolidaram, ao longo de nossa história e na dispersão do tempo histórico, as "verdades" sobre alguns corpos meticulosamente descritos, classificados, dissecados, produzindo sentidos disfóricos de sujeitos ditos desviados, delinquentes, anormais, que compunham sistematicamente o espectro das monstruosidades. (Ribeiro, 2021, p. 144)

O médico investigou temas como: homossexualismo (sic), inversão sexual, biotipologia de criminosos, criminologia e endocrinologia, sendo uma forte influência para pesquisadores brasileiros no decorrer do século XX (Gutman, 2010). Formou-se

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

médico na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - hoje pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro -, em 1916, com foco em endocrinologia. Formado, assume concurso na Polícia Civil do Distrito Federal, vindo a atuar por alguns meses no serviço público como médico criminalista. Em 1918, foi nomeado tenente-médico e enviado à França para uma missão médica para atuar na 1ª Guerra Mundial. Foi condecorado pelo governo francês e brasileiro pela sua atuação na missão, e recebeu mais tarde o título de “Doutor Honoris Causa” pela Universidade de São Paulo (Ribeiro, 2021).

Em 1925, Ribeiro (1967) tornava-se professor de Criminologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, com a Revolução de 1930, foi escolhido pelo recentemente empossado Chefe de Polícia do Distrito Federal – seu colega Baptista Luzardo – para assumir o cargo de diretor do Gabinete de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, no qual criou em sua gestão um Laboratório de Antropologia Criminal. É nele que Leonídio realiza “uma série de pesquisas médicas sobre os biótipos dos negros criminosos e homossexuais”; tais pesquisas, ao lado de trabalhos sobre “a patologia das impressões digitais (e) tipo sanguíneo dos índios guaranis”, lhe renderam o “Prêmio Lombroso”, oferecido pela Real Academia de Medicina da Itália, prêmio de que ele tanto se ufana, fazendo-o constar com destaque em seus relatos autobiográficos. (Gutman, 2010, p.492)

Nas primeiras décadas do século XX, as investigações científicas buscavam promover a dissociação do homossexualismo como pecado, para então ser alocado como uma questão médica, uma doença; e é na construção dessas narrativas científicas que Leonídio encontra uma oportunidade para traçar a sua trajetória acadêmica e profissional (Gutman, 2010).

Se, por um lado, esses discursos são constituídos a partir de uma ética cristã que operou sobre os indivíduos, criando uma “política” e uma “polícia” do sexo, por outro, a medicina produziu discursos científicos a partir da análise dos corpos sobre os quais traçaram uma “normalidade” e um “desvio” desta normalidade, conforme o princípio da discriminação política e científica. Do decorrer do século XIX até muito recentemente, a exemplo da força dos estudos de Leonídio Ribeiro em quase todo o século XX, a sexualidade foi analisada no campo médico mediante esse paradigma binário, da moral cristã à definição patológica da homossexualidade, com a recitação da cientificidade como verdade absoluta.

Esse projeto constitui um passo á frente na solução do problema, pois prevê a hipótese da perícia medica afim de permitir ao Juiz, em certos casos, [a] a substituição da prisão pela internação, mostrando assim o [b] gráo de cultura de seus autores. Excluindo, porém, [c] a homossexualidade feminina que existe, si bem que mais rara ou mais difícil de ser demonstrada, ficaria o problema encarado por uma face unilateral. Distinguindo o individuo ativo do passivo e só punindo aquele, [d] os termos propostos para resolver a questão não estão de acordo com as idéas hoje dominantes na explicação científica do homossexualismo. (Ribeiro, 1938, p. 82)

A busca sistemática dos serviços de identificação por sinais únicos presentes no corpo humano que permitissem apontar a identidade dos indivíduos teve, como resultado, uma série de construções discursivas e técnicas acerca das corporalidades humanas e dos sinais que as diferenciavam de outras. Na virada para o século XX, a questão das impressões digitais ocupou um desses espaços, recebendo atenção de instituições arquivísticas, sobretudo aquelas ligadas à prática de controle dos trâmites comerciais e administrativos das populações. É nesse quadro mais amplo que podemos assistir ao desenrolar das discussões em torno da padronização dos instrumentos de identificação, bem como à proliferação de congressos científicos, compostos por criminologistas, policiais, médicos-legistas, juristas, com o intuito de articular o desenvolvimento de uma polícia científica.

No Brasil dos anos 1930, em que se assistia ao inchaço urbano com o fim “legal” da escravidão, seus trabalhos científicos colaboravam para uma política de Estado “de limpeza urbana”, com seu projeto civilizatório, uma vez que os homossexuais também eram alvos de estudos dentro do projeto de Nação promovido por Getúlio Vargas, através da lógica do trabalho – que mais tarde culminaria na ideologia do Estado Novo. Através da medicina social higienista, cujo intuito era afastar das ruas os corpos indesejados, os ditos anormais, na linha do que discute Foucault (1987) sobre o biopoder em Vigiar e punir. O médico descrevia e analisava o corpo, o rosto, a fisionomia de prisioneiros detidos pela polícia ou corpos em IML do Rio de Janeiro na busca por indícios, pistas, semelhanças, vestígios, sinais, correlações, décadas antes de o historiador italiano Carlo Ginzburg definir o paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) como método de estudo e interpretação nas ciências humanas.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Ao longo de sua pesquisa analisando homossexuais detidos pela polícia (a maioria presos na Praça Tiradentes no Rio de Janeiro) tendo como referência estudiosos do assunto como os médicos espanhóis Gregório Maranon e Cesare Lombroso, Leonídio Ribeiro demarcou o homossexualismo como uma anormalidade endocrinológica que, potencialmente, poderia produzir criminalidade, ou seja, um problema biológico que se transformava em problema social, cuja solução só poderia passar pelo intercurso de criminologia biologicamente embasada, apesar de não considerar as práticas homossexuais em si crimes.

Aprofundando-se nos estudos de medicina legal e criminologia, Leonídio Ribeiro conhece as ideias da Escola Positivista Italiana fortemente difundidas na Europa e pelas Américas. Ele foi um fiel seguidor e promotor das ideias do psiquiatra e antropólogo higienista italiano Cesare Lombroso (1835-1909), considerado fundador da Escola Positivista de Direito Penal e pai da antropologia criminal. Pouco mais tarde, Leonídio Ribeiro embasou teoricamente as práticas higienistas e o discurso eugenista predominante naquela época no Brasil e na Argentina, sob a análise, a descrição e a dissecação dos corpos de indivíduos do sexo masculino, a partir dos dispositivos e técnicas de subjetivação que determinavam a divisão sujeito normal versus sujeito anormal e “inversão sexual”. Homens prisioneiros e ditos criminosos e delinquentes negros, pessoas indígenas capturadas de suas comunidades e homossexuais brancos e negros, das prisões ou aprisionados das ruas e casas noturnas cariocas, passam a compor sistematicamente um agrupamento de corpos vivos ou cadavéricos nos laboratórios de medicina legal, psiquiátrica e endocrinológica, tendo a figura de Leonídio Ribeiro como liderança ou membro entre os grupos de cientistas. (Ribeiro, 2021, p.150-151)

Seu estudo científico e criminológico era uma obra de “ciência e humanidade” (Ribeiro, 1938), pois somente uma criminologia embasada na ciência poderia ajudar a resolver esse e outros problemas nacionais, produzindo assim, medidas de “segurança pública” (Ribeiro, 1935), “no entanto, a prática de examinar homossexuais detidos foi contestada como uma 'violência', como ilegal, pelo advogado Mario Bulhões Pedreiras” (Ribeiro, 1936, p.60), o que não impediu que o médico publicasse, em 1938, o seu livro mais famoso.

O livro Homossexualidade e endocrinologia (1938), começou a ser produzido nos primeiros anos da década de 1930, fruto de um estudo incompleto do problema da inversão sexual, já que apenas abordava a questão da homossexualidade masculina (Ribeiro, 2021):

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

A imageria discursiva da obra impressiona o leitor porque revela a técnica, a abordagem e os dispositivos metodológicos da época com os quais o saber médico, antropológico, criminalista e jurídico, numa engrenagem interdisciplinar, validava discursos sobre alguns indivíduos subjetivados como portadores de patologias hormonais e de desvios psiquiátricos contra a moral, os costumes e a boa conduta. No diagnóstico do corpo homossexual, basta que se comprove através de técnicas, métodos e tecnologias, seu espectro de “desvio” (da voz, dos gestos, do olhar, das frases e do rosto), deixando escapar a “feminilidade” em lugar da “virilidade”, historicamente construídas, para o médico dar um veredito e, assim, poder afastá-lo das ruas e da convivialidade social, para assim, medicá-lo, corrigi-lo e pedagogizar seu corpo e sua mente. (Ribeiro, 2021, p. 151)

Além dos espectros de desvio, o cientista disserta sobre a participação das glândulas endócrinas na constituição da sexualidade humana, na inversão sexual como patologia com predisposições a condutas criminosas. Foram analisados, em seus estudos, 195 indivíduos homossexuais, dentre esses, 67 eram pessoas negras, apreendidas pelo Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro (Ribeiro, 1938). Um dos testes aplicados foi o de fotografar os indivíduos nus (figura 1), pois o cientista defendia a tese de que homossexuais poderiam ser identificados a partir do formato da pélvis, supostamente diferente de homens heterossexuais. Leonídio buscava comprovações endócrinas-patológicas, para demonstrar que a inversão sexual tinha caráter clínico e não moral.

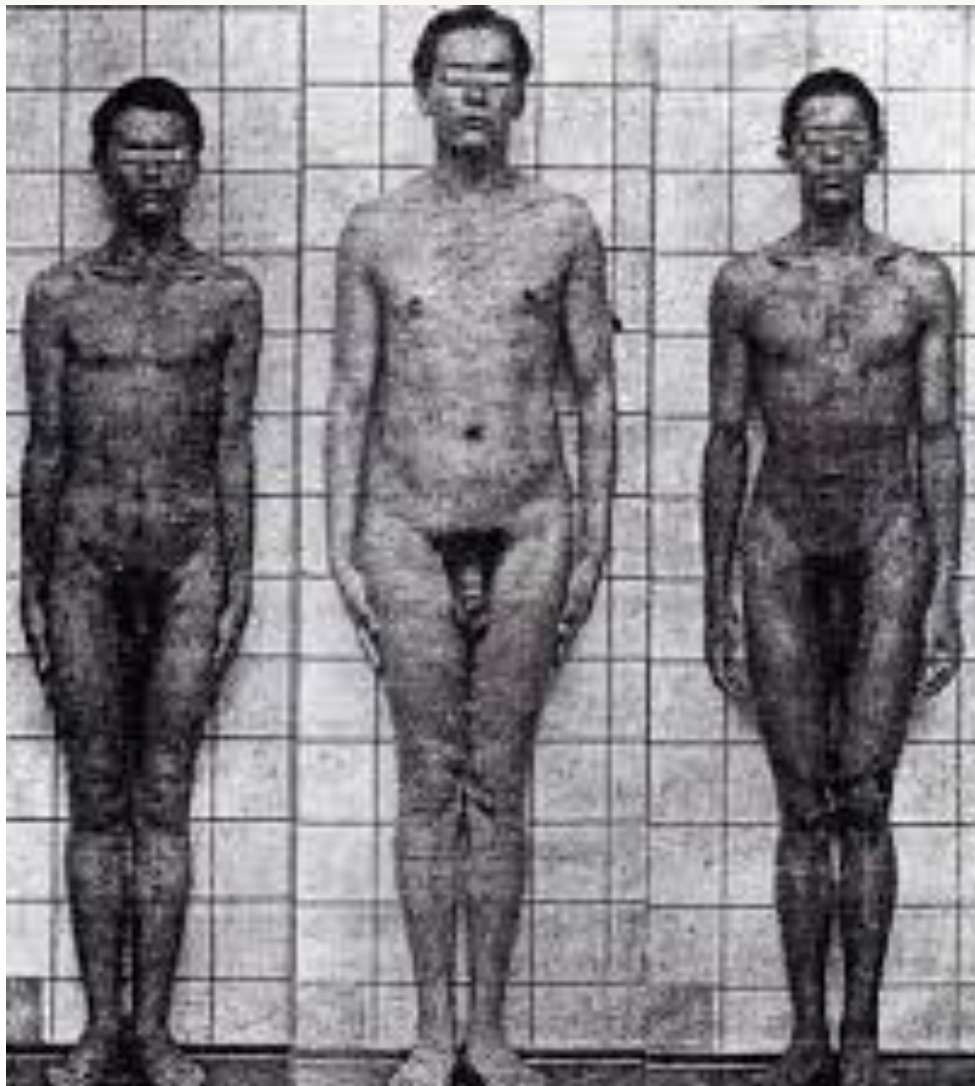


Figura 1 - Análise endocrinológica da pélvis
Autor: Leonídio Ribeiro, 1938.

Além da pélvis, o formato dos peitos triangulares e com presença de ginecomastia bilateral (figura 2) e a ausência de pelos na barriga, pernas e braços, ou o formato dos pelos pubianos semelhantes aos de mulheres, também foram analisados, além de caracterizar que pessoas com tireoide eram mais propensas a serem homossexuais, logo delinquentes. Os ditos homossexuais foram classificados em três grupos (figura 3): brevilíneo, normolíneo e longilíneo, onde eram agrupados a partir do tamanho de seu tronco e da relação com seus membros. As três categorias eram caracterizadas como delinquentes, sendo cada uma suscetível a cometer mais um tipo de crime ou se o crime tinha mais ou menos violência física.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ



Figura 2 - Presença de ginecomastia bilateral.
Autor: Leonídio Ribeiro, 1938.

CLASSIFICAÇÃO DE BARBARA-BERARDINELLI ESQUEMA DE BERARDINELLI-ROITER E ALDO R. DE CARVALHO					
GRUPO BREVILINEO		GRUPO NORMOLINEO		GRUPO LONGILINEO	
FORMULA GERAL: tronco > membros		tronco = membros		tronco < membros	
MACRO-BREVILINEO tronco + > membros +		MACRO-NORMOLINEO tronco + = membros +		MACRO-LONGILINEO tronco + < membros +	
BREVILINEO tronco + > membros -		NORMOLINEO tronco 0 = membros 0		LONGILINEO tronco - < membros +	
BREVILINEO tronco + > membros 0		MICRO-NORMOLINEO tronco - = membros -		LONGILINEO tronco - < membros 0	
MICRO-BREVILINEO tronco - > membros -		MICRO-NORMOLINEO tronco - = membros -		MICRO-LONGILINEO tronco - < membros -	

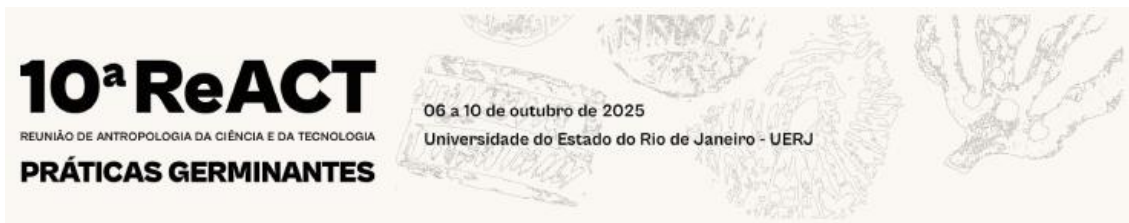


Figura 3 - Classificação Berardinelli.
Autor: Leonídio Ribeiro, 1938.

Ainda, uma questão para fechar o registro que introduz alguns estudos da ciência para criminalizar homossexuais, diz respeito a lésbicas e aqui também incluímos pessoas trans masculinas, que, segundo o médico, não apareciam como objeto de estudo, dada a raridade ou sua dificuldade de demonstração (Ribeiro, 2021). Estácio de Lima (1935), recorrendo a uma conhecida e frequente associação entre a "mulher" e a "dissimulação", esboça uma interessante conclusão: “A mulher foi, sempre, a Esfinge indecifrável dos psicologistas. Dispondo, melhor do que nós, do poder, em verdade desconcertante de dissimulação, encobre, disfarça, esconde muito bem suas inclinações e pensamentos.” (Lima, 1935, p. 98)

Em oposição ao modo como a discussão do homossexualismo masculino é conduzida, a análise do "homossexualismo feminino" por parte destes diferentes representantes da medicina legal dos anos 30 parece apontar não apenas para algo de difícil reconhecimento, de mais difícil controle, mas, fundamentalmente, para algo que parece ser avaliado como menos "danoso" do ponto de vista social.

Outro aspecto, a partir de diversas leituras, e de registros visuais, Leonídio considerava pessoas trans e travestis como homossexuais, pois tais termos ainda não faziam parte do léxico utilizado pela ciência e criminologia.

Assim, podemos observar que a definição e classificação de homossexuais no livro de Leonídio Ribeiro revela as muitas origens de discursos que criminalizam e promovem violências históricas contra corpos da comunidade LGBTIAPN+ e que colaboram no desenho de estigmas no que tange a corpos dissidentes. Homossexualismo e endocrinologia (1938) é um livro que avalizou saberes científicos para promover discriminação e consolidar o racismo científico no Brasil, promovendo técnicas de subjetivação a partir das teses eugenistas do século XIX. Ainda hoje, de alguma forma, a herança dessas técnicas discursivas, suas violências e discriminações, ganha novos contornos, e atravessam diversos campos da produção científica, como na antropometria - campo no qual a ergonomia e Design se alimentam. Contornos alimentados também por

leis e práticas policiais, e que se deram muitas décadas após o desenvolvimento da ciência discriminatória do início do século XX.

3. Ergonomia e antropometria: o que o design tem a ver?

É sabido que o design enquanto manifestação de linguagem não é neutro (Almeida Jr.; Nojima, 2010) e pode operar como um mecanismo de opressão. Tanto o designer quanto suas produções são parte de processos de subjetivação que geram significados discursivos que incidem em comportamentos coletivos e individuais, cumprindo um papel social. Em consonância, é fundamental analisar como as diferentes dimensões discursivas e políticas no campo do design ganham forma, permitindo mitigar seu caráter opressivo, ao tornar evidente, através de um olhar crítico sobre suas bases teóricas, as consequências das práticas projetuais, possibilitando provocar tensionamentos nas relações de poder que tem o design como um dos mediadores — como demonstra Laila Borges (Borges, 2017, p. 49):

O design, por ser uma atividade representacional, utiliza códigos para transmitir um significado, que é decodificado e interpretado de acordo com os próprios códigos culturais do receptor da mensagem. Portanto, seu significado é aberto e polissêmico, e não é controlado pelo produtor do design. [...] Os códigos dominantes em uma determinada cultura seriam, portanto, tanto estéticos como sociais. Em uma sociedade atravessada por relações de poder desiguais, e onde fatores como gênero, raça, sexualidade e classe social produzem hierarquias sociais, os códigos através dos quais o design é constituído e interpretado são os códigos de quem está posicionado nos níveis superiores dessas hierarquias. (Borges, 2017, p. 49)

Os códigos dominantes mencionados por Laila Borges (2017), são comumente ignorados por articuladores do campo e apresentados como naturais ou dados — o que garantiria uma universalização de suas práticas que incidem na regulação e adequação dos sujeitos, conforme a estrutura social vigente. É sobre esses códigos que tratarei nessa repartição, pensando no desmantelamento de um discurso que, por exemplo, associa genitália ao gênero e a reprodução associada a mulheres cisgêneras. Trazer outros imaginários para uma prática, se faz urgente para corpos que estão cansados de estar nas margens.

Na esteira das diferentes ciências - médicas e criminológicas, lançamos agora

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

olhar para os estudos antropométricos, que nos acompanham ao longo da nossa existência, seja na educação infantil com livros de ciências que abordam o corpo humano, trazendo perspectivas binárias - homem e mulher, e também na medicina corroborando para uma análise biologizante do corpo, ou mesmo nas engenharias, pensando e reforçando, através de representações imagéticas, sobre questões físicas dos corpos e seus limites a partir de análises binárias.

O Design aliado a antropometria tem corroborado em seu ensino dentro da ergonomia, nas produções de projetos, na construção de narrativas e imaginários, tem responsabilidade política na produção da abjeção de corpos trans, travestis e não binários. É perceptível a partir do que foi apresentado na seção anterior, como que o estudo do corpo e as pautas médicas imbricam na vigilância (Foucault, 1987), ou seja, nas relações de poder, que combinam a vigilância hierárquica e sanção discursiva (produção de verdades), que conflui na docilização e normatização dos corpos.

Segundo o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP, a Antropometria advém da Antropologia física, que estuda as medidas e proporções do corpo humano, envolvendo medidas sistemáticas das propriedades físicas do corpo: dimensões, tamanho corporal, forma e proporções (Michels, 2000; Ross et al., 1988). A antropometria é a determinação precisa dos aspectos referentes ao desenvolvimento do corpo humano e as relações existentes entre os aspectos físicos e a performance, considerada também a “área-base” para o estudo do desenvolvimento corporal humano (Meisel; Vega, 2006).

A partir do conceito trazido sobre a antropometria, se faz necessário também relacionar a ergonomia, que é um campo de pesquisa do design e é utilizado quase de forma obrigatória na condução de projetos de produtos. Segundo a CREF4/SP, a ergonomia estuda as relações espaciais e tridimensionais existentes entre o ser humano e o espaço que ele ocupa, utilizado em diversas formas como na produção de mobiliários, vestuários, até mesmo na criação de peças gráficas físicas. A ergonomia se utiliza de questões antropométricas e com isso, reforça categorias de gênero binário.

A partir do estudo realizado em minha pesquisa de mestrado (Felipe Grassine,

2023), foi possível analisar as formas como as graduações de design do Rio de Janeiro tem ensinado noções antropométricas, a partir da análise das ementas da PUC-RJ, UFRJ, ESDI e UFF, tendo sido possível evidenciar três biografias presentes em todas instituições na disciplina de ergonomia: Itiro Iida, Ergonomia: projeto e produção. 2a Ed. São Paulo: Blücher, 2000; Julius Panero e Martin Zelnik, Dimensionamento Humano para Espaços Interiores. São Paulo: GG, 2016; Bernard Weerdmeester e Jan Dul. Ergonomia prática; São Paulo: Edgard Blucher, 2004.

Nessas bibliografias, aparecem discursos que podemos entender como sexistas sobre potência e capacidade corporal a partir da localização do gênero, reduzindo funções biológicas como reprodução e gestação a mulheres cisgêneras (Figura 4), ignorando a existência de homens trans e pessoas trans masculinas, além de sempre vincular a vagina à mulher e o pênis ao homem. (Felipe Grassine, 2023)

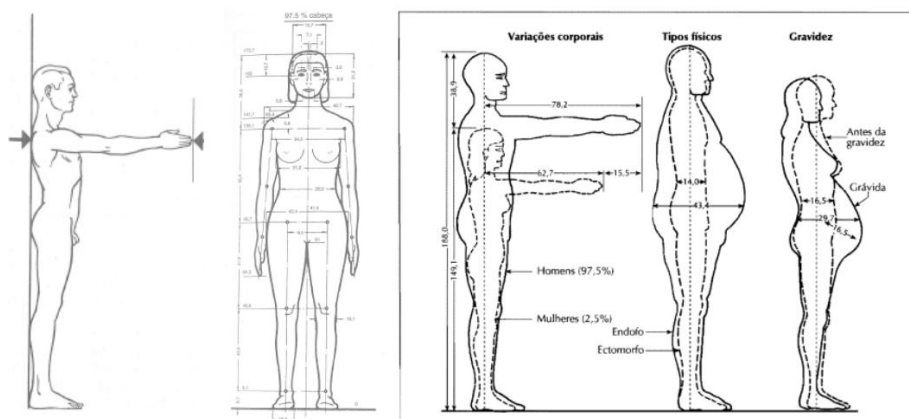


Figura 4 - Série de imagens que reforçam o binarismo de gênero

Fonte:Iida, 2005.

Percebe-se que, mesmo de forma mais velada, os estudos antropométricos ainda traçam quais e como os corpos são medidos, seus limites. Não muito distante de Leonídio (1938), os estudos antropométricos em livros de ergonomia apenas fazem uma inversão, que é o apagamento visual e imaginário de corpos dissidentes, apontando para uma urgente necessidade de atualização de suas formas de representação. Em Homossexualismo e endocrinologia (1938), Leonidio tem como foco corpos dissidentes, tornando-os visíveis, mas a que custo para estas populações? Cabe lembrar, que é somente em 1990 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) retira o “homossexualismo” da

patologia CID-10, e mais, é somente em 2024 que a transexualidade é retirada do CID como transtorno mental, com a reformulação do CID-11. Ou seja, no período dos estudos de Leonídio e até muito recentemente, operava uma permissão discriminatória científica para atentar contra a vida de homossexuais e travestis.

Nos dias atuais ainda surgem pesquisas e produções acadêmicas que tentam identificar a homossexualidade ou a transgeneridade no corpo a partir de estudos científicos. A Tailândia, país onde muitas pessoas trans recorrem para fazer cirurgias de redesignação de gênero, tem produzido artigos como por exemplo o “Um estudo antropométrico de orientação sexual e identidade de gênero na Tailândia” (Skorska, Coome, Peragine. 2021), que são divulgados por repositórios digitais de grande alcance. Esse artigo especificamente mostra uma das técnicas onde especialistas em antropometria utilizam os tamanhos dos dedos indicador (D2) e anelar (D4) para justificar que, se homens e mulheres tiverem ambos os dedos proporcionais, eles seriam considerados gays e lésbicas, e se os dedos fossem diferentes em seu comprimento, seriam heterossexuais. Esse texto foi indicação de um parecerista de um congresso de ergonomia brasileiro, tendo considerado o material como uma boa pesquisa e que refletia uma boa produção do campo da ergonomia.

Corpos trans, travestis e não binários, continuam sendo discriminados por políticas pautadas na medicina e como explicitado anteriormente, vivemos ainda sob os resquícios dos estudos científicos de Leonídio (1938), que reverberam na reafirmação da representação binária dos corpos nas literaturas de ergonomia.

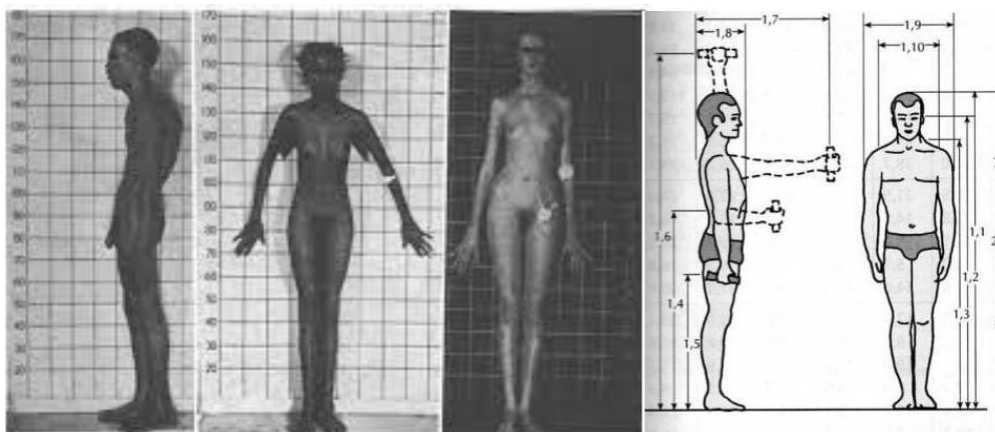


Figura 5 - Relação de comparação dos estudos antropométricos de Leonídio e de Itiro Iida.
Fonte: Leonídio, 1938 e Iida, 2005.

Ao pensar graficamente sobre a forma que ilustramos e desenhemos os corpos, fica evidente as denúncias de abjeção que diversos corpos trans sofrem pela ausência de representação em publicações. Consoante aos dados e estatísticas sobre agressões e assassinatos (Antra 2020 2021, 2023), esse apagamento continua colaborando, ainda que indiretamente, com o aumento das violências contra a população LGBTIAPN+. A falta de representatividade de corpos em literaturas científicas, reforça que corpos dissidentes são anormais, criando um inimigo da sociedade. O Design enquanto campo do saber, precisa trazer para o debate uma revisão sobre as possibilidades imagéticas de representação de corpos em suas produções sobre ergonomia.

Por isso, é imprescindível a criação de estudos, léxicos e uma nova construção imagética nas produções antropométricas, para que a população LGBTIAPN+, possa habitar outros imaginários, e sua representação refletiva nas diversas formas de representação do corpo.

Referências

ANTRA. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021

ALMEIDA JUNIOR, L; NOJIMA, V. L.. **Retórica do design gráfico: da prática à teoria**. São Paulo: Blucher, 2010

BEZERRA, G.; RIBEIRO, J. **O discurso médico científico em “Homossexualismo e endocrinologia” (1938): representações de “sujeito anormal” na obra de Leonidio Ribeiro**. Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC), v. 7, n.2, Itapetininga-SP, 2020, p.128-147. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/1732>. Acesso em: 12 ago.

2021.

BORGES, Laila. **As formas que moldam gêneros: o design como tecnologia de gênero no projeto de brinquedos infantis**. Dissertação (Mestrado em Gênero) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA. Salvador, 2017.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem Homofobia. **Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf . Acesso em: 09 ago. 2024 .

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Do original em francês: Surveiller et punir.

FRIEDLI, L. “Mulheres que se faziam passar por homens”: um estudo da fronteira entre gênero no século XVIII in ROUSSEAU, G. S. e PORTER, Roy (orgs.), Submundo do sexo no Iluminismo, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, I. T; SANTOS, M; **Leonardo da Vinci, o “Homem Vitruviano” e a Anatomia**. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária, 2009.

GRASSINE, F.. **Design abjeto: o queer eu tenho a ver com isso?. 2023. 113 f. Dissertação (Mestrado em Design)** - Escola Superior de Desenho Industrial, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GUTMAN, G. **Criminology and Forensic Anthropology. A central character: Leonidio Ribeiro**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. 13. 482-497, 2010. 10.1590/S1415-47142010000300008.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produto**. São Paulo: Edgard Blucher, 2005

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos Corpos Também Mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3992>. Acesso em: 9 maio 2024.

LIMA, E. D. **A inversão dos sexos**. Rio de Janeiro: Guanabara Weissman Koogan – Biblioteca Brasileira de Medicina Legal, 1935.

LIMA, R. R. **“Terra de ninguém ou a terra de todo mundo”?: a opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro (1931-1951)** / Rodrigo Ramos Lima. – Rio de Janeiro: s.n., 2016. 213 f.

MEISEL, A.; VEGA, R. M. **Los orígenes de la antropometría histórica y su estado actual**. Cuadernos de Historia Económica y Empresarial, v. 1, n. 18, p. 1-72, 2006

MICHELS, G. **Aspectos históricos da cineantropometria do mundo**. Brazilian Journal of Kinanthropometry and Human Performance, v. 2, n. 1, p. 106-110, 2000.

SCHIEBINGER, L. **¿Tiene sexo la mente? Las mujeres en los orígenes de la ciencia moderna**. Madrid: Cátedra; 2004.

SOUZA, V; VENTURA, R. **Corpos, medidas e nação: antropologia física na capital da República brasileira na primeira metade do século XX**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 639-643, set.-dez. 2012

RIBEIRO, L. **O problema médico-legal do homossexualismo**. Revista Jurídica – Órgão Cultural da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, v. 3, p. 185-203, 1o semestre de 1936.

RIBEIRO, L. **Homossexualismo e Endocrinologia**. Revista Brasileira – Síntese do Momento Internacional, n. 9, p. 155-168, jul.-ago. 1935b.

RIBEIRO, L. **Homossexualismo e Endocrinologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1938.

RIBEIRO, J. **Subjetividade e verdade científica no discurso eugenista de Leonídio Ribeiro: “inversão sexual diante dos códigos”**. Interfaces vol. 12 nº 3, 151, 2021

RODRIGUES, T; PORTINARI, D. **Gênero no Design: a reprodução dos ideais de masculinidade e feminilidade**. Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, Belo Horizonte – MG, v. 9, ed. 2, p. 814-823, 2016.

ROSS, W. D. et al. **Relationship of the body mass index with skinfolds, girths, and bone breadths in Canadian men and women aged 20-70 years**. American Journal of Physical Anthropology, v. 77, n. 2, p. 169-173, 1988.

SOUZA, V. S. **A política biológica como projeto: a 'eugenia negativa' e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2006.

SKORSKA, M; COOME, L; PERAGINE, D et al. **Um estudo antropométrico de orientação sexual e identidade de gênero na Tailândia**. Sci Rep 11 , 18432, 2021.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

<https://doi.org/10.1038/s41598-021-97845-9>

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.

TREVISAN, J. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.